

ISSN: 0084-9189

FACULDADE DE LETRAS  
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

# CONIMBRIGA

*VOLUME XXIII*



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1984

Alain TRANOY, *La Galice Romaine (Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité)*, Diffusion de Boccard, Paris, 1981. 602 pág., XXXVI mapas, XVI estampas.

Torna-se muito difícil sintetisar, ñas poucas linhas duma recensão bibliográfica por mais dilatada que seja, o conteúdo denso desta tese de doutoramento de Alain Tranoy, fruto maduro de longos e perseverantes anos de investigação. É que não há ponto nenhum da historia do noroeste peninsular na Antiguidade que aí não seja abordado, bibliografia que não tenha sido criticamente consultada, inscrição que não haja sido revista — Alain Tranoy não se limitou a trabalho de gabinete, foi aos locais, incluindo por isso muitos dados ainda inéditos. Uma obra que perdurará sem dúvida como manancial inesgotável, acervo de bem estruturada erudição, onde a nota de rodapé é sempre oportuna, lança pistas, esclarece dados, põe a questão no seu devido enquadramento.

Esse um dos aspectos que seduzirão o leitor de A. Tranoy: o casamento perfeito entre a erudição e o saber numa linha claramente definida de raciocínio intencional, servido por uma prosa que se lê com muito agrado.

*La Galice Romaine* está dividida em quatro livros: o Noroeste nas vésperas da conquista, a conquista e a organização das regiões conquistadas, romanização e tradições indígenas (séc. i-m), mutações e crises (séc. m-v).

Estuda-se no I livro o enquadramento geográfico e o povoamento (fases e povos de que há notícia); aborda-se o mundo dos castros: sua caracterização física como «sítios fortificados», actividade económica, sociedade e mentalidades... A aparente unidade do Noroeste oculta de facto, sublinha A. Tranoy, uma efectiva diversidade: não é, simplesmente, esse mundo de «rudes costumes selvagens» de que falava Estrabão mas um complexo geográfico aparentemente uno que dispõe ao mesmo tempo de «zones-refuges d'accès difficile, des régions marginales qui évoluent en milieu relativement fermé et enfin des secteurs plus ouverts où d'ailleurs la pénétration romaine a déjà pu s'amorcer dès le He siècle a.G.» (p. 122).

Faz-se, no II livro (p. 125-257), o ponto da situação acerca da cronologia e ocorrências da conquista pelos Romanos, detendo-nos o Autor sobre a integração administrativa, militar e económica (infraestruturas urbanas e eixos de comunicação, exploração mineira e desenvolvimento das trocas). No final do séc. II, conclui A. Tranoy, o Noroeste está definitivamente integrado no mundo romano, graças sobretudo à intervenção dos Flávios que, através da *via nova*, o transformaram em acessível fonte de riqueza para o Império (p. 257).

O livro III é, fora de dúvida, aquele que mais desperta a atenção, pela acuidade com que se analisa a complexa problemática das crenças religiosas e das estruturas sociais. Aqui demonstra A. Tranoy todo o seu talento de sagaz (e humilde) epigrafista — sabendo regressar à pedra todas as vezes que a dúvida o assalta — e, simultaneamente, de historiador perspicaz, sabendo retirar da pedra todas as informações que ela pode dar. Tema bastante só por si para uma tese, logrou o Autor condensá-lo em pouco mais de cem suculentas páginas (p. 261-384). Um primeiro capítulo estuda as divindades indígenas (divindades com um só nome indígena, divindades clássicas com epíteto indígena); o segundo, as divindades romanas e orientais, o culto imperial, o culto dos mortos (perto de 400 epitáfios, dos quais cerca de 50 inéditos) e os monumentos funerários (bem equacionado o problema da relação entre a tipologia dos monumentos e o grupo socio-cultural que os utiliza — p. 357-360). Conclui A. Tranoy pela coexistência de ambos os panteões (romano e indígena), contestando a tão repetida ideia dum «renascimento» no decurso dos séculos n e m. Ou, explicitando melhor: o sincretismo não foi, aqui, o fruto duma acção brutal mas o resultado duma lenta penetração — impossível de fixar no tempo — dos elementos religiosos exteriores através da integração política e económica (p. 361).

Para o estudo das estruturas sociais, A. Tranoy serviu-se fundamentalmente da epigrafia: um conjunto de 850 inscrições, 2/3 das quais provenientes das regiões rurais (p. 363). Verificando estatisticamente a inegável penetração da onomástica latina entre os habitantes do Noroeste, o Autor estuda os diferentes tipos de filiação detectados nas epígrafes, traçando uma evolução do seu

uso (p. 368): filiação indígena céltica (nome + patronímico em genitivo), introdução da marca da filiação (F, FIL), integração da onomástica latina na antropónimoia local (*Flavus Festi F.*), e finalmente, o sistema romano (o patronímico é o *praenomen* paterno em sigla seguido de F.).

Depois da antropónimoia, as estruturas suprafamiliares: gentilidades, centúrias, divindades e grupos sociais. Quanto às segundas, A. Tranoy mostra-se adepto da interpretação *centuria* para o G invertido em vez da interpretação *castellum* recentemente sugerida por M. Lourdes Albertos e acérrimamente defendida por exemplo por Gerardo Pereira (cfr. um dos seus últimos trabalhos, *Caeleo Cadroiolonis f. Cilenus 3 Berisamo et al.: centuria or castellum. A discussion*, HA VIII 1978, p. 271-280). Não vamos entrar em tão acalorada questão que, em nosso entender, outros achados epigráficos acabarão por clarificar. Citamos, a título de exemplo, o epitáfio (ora publicado) do *bracarus Ladronas Dovai f.*, que se identifica *Castell(o?) Durbede*; os marcos com as palavras PRAEN e COROQ (p. 375) de que existe um quarto no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia... No que respeita à relação entre os epítetos das divindades indígenas e a etnonímia — tema diversas vezes abordado por M. Lourdes Albertos e por nós próprios — A. Tranoy confirma as conclusões a que temos chegado, precisando-as porém: «L'effacement du signe de la *centuria* est le résultat de la progression juridique, mais les cuites conservent le trace de ce système et restant l'expression d'une communauté sociale dont la *centuria* avait, pendant un temps, assuré la cohésion officielle» (p. 378). Este capítulo termina pela análise dos pactos de hospitalidade de Astorga (p. 378-380), Carbedo (p. 381-2) e Castromao (p. 382-3).

Concluindo, A. Tranoy salienta a regular evolução sofrida pelo Noroeste durante os primeiros séculos do Império: a cultura indígena pôde desenvolver-se, inclusive no domínio religioso, enquanto que as estruturas sociais conservaram a sua importância local; só pouco a pouco vai surgindo um meio romanizado que, embora preservando as tradições locais, adopta os hábitos onomásticos e religiosos de Roma—é um novo tipo de sociedade mista que se esboça (p. 384).

O IV livro abarca sob o título «Mutações e crises» o período que vai do séc. iii ao v (p. 387-447): a província da *Callaecia*, criada por Diocleciano como postulado da evolução administrativa dos três *conventus* de Braga, Lugo e Astorga; as transformações internas (muralhas urbanas, desenvolvimento das *villae* e ocupação dos castros, penetração do Cristianismo); a crise do séc. v (da Galicia romana à Galicia dos Suevos).

Na conclusão geral, após referir que «isolamento, resistência e renascimento indígena» são os três pontos-chaves em que assenta uma tradicional visão historiográfica do Noroeste peninsular, A. Tranoy afirma que a geografia não funcionou como factor real de isolamento, dado que, apesar da sua posição excêntrica, a Galicia sempre se manteve em contacto quer com o Norte europeu através da sua fachada atlântica quer com o Mediterrâneo pelas suas vias terrestres. Face a uma região cujas peculiaridades faziam reacear o risco duma forte oposição, Roma procurou de imediato ligá-la à província da His-

pânia Citerior, a fim de inclusive melhor a gerir política e economicamente (recursos mineiros, por exemplo); a fundação das três cidades augustas [*Lucus, Bracara e Asturica*] foi outro meio de domínio, desgarrado da evolução demográfica indígena; essas medidas político-administrativas foram completadas pelo estabelecimento do campo da *Legio VII* (Léon). Atenção particular foi dedicada ao estabelecimento da rede viária: a extraordinária abundância de miliários existente no Noroeste significa, por um lado, o interesse que os sucessivos imperadores tiveram pela sua conservação e, por outro, a necessidade duma afirmação do poder político. Assim, mais do que região marginal, a Galícia ocupou lugar cimeiro dentro da Hispânia Citerior — e a criação da *Callaecia* nada mais é do que o reconhecimento oficial dessa realidade (p. 451). A língua latina foi adoptada, a arte também, o panteão latino integrou-se no indígena e vice-versa; não houve resistência, não houve «renascimento» porque não houvera eclipse (p. 453).

*La Galice Romaine* apresenta-se, pois, como um livro de consulta obrigatória. Daí o grande espaço dedicado aos elementos auxiliares dessa consulta (p. 455-596): bibliografia (p. 455-502); tábuas das abreviaturas, dos quadros e figuras, dos mapas, das estampas; índices das fontes (literárias e epigráficas), dos nomes, geográfico e etnográfico, analítico, geral. Os mapas e as estampas documentam passos significativos do trabalho.

A *bibliografia* está organizada em: fontes (literárias, epigráficas, arqueológicas, numismáticas), obras (gerais e outras) sobre a Península Ibérica, obras (gerais e outras) sobre o Noroeste, bibliografia geral. Não deixando de reconhecer alguma vantagem nesta apresentação, talvez que, do ponto de vista de complemento à leitura, nem sempre a consulta seja cómoda, pois poderá haver dúvidas quanto à classificação atribuída, nomeadamente porque, nas notas de rodapé, só a primeira vez a referência bibliográfica é completa. Quanto à maneira como são referidos os nomes dos autores portugueses, devemos advertir que por vezes é utilizado o critério espanhol, ou seja, o autor vai citado pelo penúltimo apelido; desta sorte, Leite de Vasconcelos deve ser procurado não em Vasconcelos (como seria correcto) mas em Leite de Vasconcelos, D. Domingos de Pinho Brandão em Pinho Brandão, Adília Moutinho de Alarcão em Moutinho de Alarcão...

O índice das *fontes* (por capítulos) é um trabalho louvável, útil para o investigador.

No índice dos antropónimos, a identificação seria feita em princípio pelos *nomina* e também pelos *cognomina*, o que nem sempre acontece (citemos a falta de Calvinus, Dionysus, Eustomus, Gallicanus, Nerva, Priscianus, Serenus...).

Particular atenção nos mereceu o capítulo sobre cultos indígenas, pelo importante trabalho de revisão das epígrafes levado a efeito pelo Autor; aliás, é capítulo a reler com todo o cuidado para que se não continuem a citar nomes (de pessoas e de deuses) mal lidos ou até inexistentes (caso dos teónimos *Abricus* — p. 280 — e *Antiscireus* — p. 320 — que, em nosso entender, também deviam figurar no índice). Está bem colocado o problema das inscrições votivas: uma dedicatória a Júpiter assume significado diferente consoante

o dedicante é o legado duma legião ou o camponês indígena (cfr. também p. 321); há que distinguir o que é sentimento religioso daquilo que não passa de moda ou simples elemento decorativo (p. 308). Um ou outro ponto poderá sofrer correcção, mas trata-se quase sempre de pormenores sem importância de maior. Assim, a ara ao *Genius Civitatis Baniensis* (p. 319) foi encontrada num sítio denominado Mesquita, a 5 km de Torre do Moncorvo, numa capela dedicada a S. Mamede e não «na região de S. Mamede» (cfr. Encarnação, *Divindades...* 1975 p. 186-8). O etnónimo Lapiteas dum texto de Panóias (p. 338) não vem citado no índice etnográfico nem é referido entre os povos do Noroeste; admitíramos, em 1975 (*Divindades...* p. 252-3), a sua relação com os *Lapithae* da Tessália; o Autor parece não partilhar desta opinião — mas não explica porque é que o não incluiu na sua lista de povos. A. Tranoy lê como *Ambieicer* um teónimo até agora referido (dubitativamente) como *Ameipicer* (cfr. Encarnação, *Divindades...* 1975, p. 87-99): desconhecia-se o paradeiro do monumento, cuja leitura o Autor reviu (onde?); estamos, porém, de acordo quanto à inexistência de argumentos susceptíveis de atribuir a esta divindade características aquáticas. O mesmo se diga quanto à autenticidade do «teónimo» *Alboceus* (p. 269), que considerámos (*Divindades...*, 1975, p. 85-86) meramente hipotético.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

